

# Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Pedro Fauth Manhães Miranda  
(Organizador)



Pedro Fauth Manhães Miranda  
(Organizador)

# Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A532	Análise e financiamentos das políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-459-7 DOI 10.22533/at.ed.597190  1. Finanças públicas – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I.Miranda, Pedro Fauth Manhães.  CDD 336.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Políticas públicas são algo onipresente na vida de qualquer pessoa, ainda que por meios bastante diversos, a depender dos objetivos do Estado em que tal indivíduo se encontre. Mas o fato é que, do bem-estar escandinavo ao liberalismo neozelandês, a clara percepção sobre políticas públicas é indispensável para a estabilidade de qualquer Estado. Inclusive, em se tratando do Brasil, o eterno país do futuro – futuro este que parece, a cada dia, mais inatingível.

Assim, muito se fala, muito se ouve e muito se estuda sobre políticas públicas, mas a verdade é que poucas são as certezas sobre elas, porque, em grande parte das vezes, suas análises ficam restritas ao mundo acadêmico e/ou àqueles que já possuem um conhecimento prévio, mais aprofundado, sobre o assunto, e conseguem interpretar melhor os dados existentes. Neste sentido, a iniciativa deste livro, específico sobre a temática das políticas públicas e disponibilizado no acessível formato de e-book, é de inigualável importância.

E, vale ressaltar, a necessidade de um debate responsável e interdisciplinar sobre o assunto é ainda mais urgente nos dias de hoje. Isso porque, atualmente, enxerga-se uma evidente ascensão de críticas (infundadas, na sua maioria) direcionadas não apenas às políticas públicas como um todo, mas também à própria política e à noção de público. E o contraditório é que estes juízos negativos provêm, em geral, de países cujo desenvolvimento socioeconômico se encontra aquém da capacidade de, até mesmo, erradicar a extrema pobreza. Diante desta conjuntura, políticas direcionadas, bem debatidas e formuladas por um público competente e ciente de suas responsabilidades, são cada vez mais imprescindíveis e, ao mesmo tempo, mais rechaçadas.

Deste modo, a realidade brasileira se coloca como obstáculo ao desenvolvimento das políticas públicas como instrumento de mudança emancipatória. A política, em específico, é alvo de desaprovação generalizada, em parte por, geralmente, se voltar aos interesses de poucos, mas também por ser composta de representantes que, contraditoriamente, são pouco representativos da própria população brasileira. Isso sem mencionar os casos de corrupção e outros desvios de conduta bastante reprováveis. Porém, mesmo que os níveis de confiança em relação aos representantes políticos sejam os menores em muito tempo, o cidadão brasileiro permanece na mesma configuração de uma democracia meramente delegativa. Em outras palavras, a cada dois anos votamos nos candidatos “menos piores” e esperamos que, miraculosamente, o país tome seu rumo para o mítico futuro do pleno desenvolvimento – que, vale apontar, traduz-se no imaginário do consumo desenfreado e satisfação das necessidades menos básicas e mais ostentosas do ser humano.

Não obstante, qualquer que seja a meta do cidadão ou cidadã nacional, seria preciso que ele(a) compreendesse a própria cidadania não somente a partir do sufrágio eleitoral – que é, sem dúvida, fundamental, mas não reflete a verdadeira essência

de um regime democrático. A democracia se faz, na verdade, pela atuação direta do povo, de modo a colocar o cidadão na postura ativa de sujeito político, que, conforme se vê atualmente, manifesta-se em passeatas, mas também reconhece a premência de estabelecer uma ponte entre si e seus representantes, em formar coletivos com disposição para atuar junto à sociedade e, principalmente, saber reconhecer no outro, que pensa de forma diferente, também um sujeito político necessitado de boas políticas públicas.

Neste ponto, da caracterização do outro como inimigo, a partir de suas diferenças ideológicas, ao invés de um parceiro, pelas suas semelhanças humanas, tem-se, como consequência, a negação não somente da política, mas também da sua própria condição pública. Afinal, a política é formulada, cotidianamente, por um público e a ele é dirigida. E se este público não se reconhecer como sujeito participante dela, tanto pior para ele, que dela será apartado, mas ainda precisará da política para viver no Brasil, um Estado que, como os demais, se constrói a partir da política – para o bem e para o mal.

O fato é que a ideologia neoliberalizante retirou do povo o seu caráter coletivo e cívico, impingindo-lhe uma noção individualista e anti-estatal. É verdade que a roda viva cotidiana nos leva a trabalhar para comer e dormir, também nos obrigando a comer e dormir para trabalhar, restando, pouco (ou quase nada) de tempo e disposição para pensarmos a nossa própria realidade política, bem como nossa inserção nesta enquanto público.

Não obstante, verdades absolutas como “Estado mínimo”, “meritocracia” e mesmo o lugar-comum “política é coisa suja” devem ser, constantemente, postos em cheque, especialmente por quem mais sofre as consequências deste pensamento. É muito comum, por exemplo, ouvir que as cotas educacionais e o bolsa-família são políticas eleitoreiras, feitas somente para angariar votos. Contudo, à noção de que as políticas públicas criam uma população subserviente e clientelista, deve-se insurgir um outro questionamento, o qual, em primeiro lugar, coloque em pauta o que levou estas pessoas a necessitarem, tanto assim, de políticas que garantam um mínimo de possibilidades.

A verdadeira liberdade não se concretiza na mera escolha do que fazer a seguir. Pode-se argumentar que o morador de rua que, por exemplo, decide debaixo de qual viaduto irá dormir esta noite tem liberdade, no sentido estrito da palavra. Mas, na realidade, suas escolhas estão condicionadas pela sua condição socioeconômica desumana, que lhe permite, enfim, uma existência apenas biológica, destituída de qualquer aspiração mais construtiva, que não a de somente (sobre)viver mais um dia.

Esta garantia, de um mínimo de possibilidades passíveis de serem concretizadas em uma vida digna (lembrando que a dignidade humana e a cidadania são fundamentos constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito), não é fácil de ser atingida. Mas todos conhecem um elemento básico para tal consecução: a tão (mal)afamada educação de qualidade.

Não por coincidência, quatro dos artigos que compõem o presente livro tratam, diretamente, sobre educação, questionando, em geral, a formação dos brasileiros, por meio de interessantes pesquisas interdisciplinares, a partir de olhares diferenciados e bastante críticos. Somando-se a eles, os demais artigos também contêm algum caráter educativo, pois nos permitem aprender mais sobre situações nem sempre discutidas no âmbito das políticas públicas, como o ativismo animal, a atuação dos profissionais da saúde e a bissexualidade.

Neste sentido, o presente livro, certamente, se coaduna com as críticas ora brevemente apresentadas, por trazer novas perspectivas, sugestões e críticas às políticas públicas desenvolvidas em solo nacional. Pela leitura dos artigos que o compõem, percebe-se a necessidade de se questionar tanto a política quanto o público que, ao mesmo tempo, a propõe e é por ela atingido.

As políticas públicas são nossas – e, portanto, suas, caro leitor, assim como o conhecimento adquirido pela leitura deste livro. Que ele possa, por fim, trazer as melhorias necessárias para que o tal futuro seja, finalmente, atingido, mas de forma a trazer benesses humanamente dignas para todos que compõem o público.

Pedro Fauth Manhães Miranda  
Doutorando em Direito (PUCPR)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DOS ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO AMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971901</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>24</b>
A CONDUTA DO ENFERMEIRO DIANTE DO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Emanuela Souza Pereira	
Kaline Alves de Sousa	
Elias Rocha de Azevedo Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971902</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS	
Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
Danielle Jardim Barreto	
Claudio Leão de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971903</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
DESEMPENHO DE EGRESSOS DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM CONCURSO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARANAGUÁ/PR	
Cléber dos Santos Gonçalves	
Maria Luisa Furlan Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971904</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS	
Vicente Batista dos Santos Neto	
Terezinha Severino da Silva	
Maria Célia Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971905</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL	
Vanessa Battestin	
Denio Rebello Arantes	
Simone Costa Andrade dos Santos	
Miguel Fabricio Zamberlan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971906</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>82</b>
UMA PARTILHA DE SABERES ENTRE O COLÉGIO PROF. EDNA MAY CARDOSO E A UNIVERSIDADE-PIBID-FILOSOFIA/UFMS: OLÍMPIADAS FILOSÓFICAS	
Sandra Isabel da Silva Fontoura	
Emilana Soares Ziani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971907</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>91</b>

## BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS

**Fernanda Gracielle Aguiar Zonta**

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

**Danielle Jardim Barreto**

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

**Claudio Leão de Almeida Junior**

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

**RESUMO:** O presente trabalho se trata de um recorte de gênero realizado em uma pesquisa de Iniciação Científica, com financiamento da Fundação Araucária, sobre a invisibilidade da bissexualidade nos artigos científicos publicados em três plataformas científicas: portal CAPES, SCIELO e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Num total de 384 artigos encontrados com o uso das palavras-chave bissexualidade, bissexualidade e psicologia, bissexual, bissexual e psicologia, 76 foram selecionados para uma segunda análise mais aprofundada sobre como estão sendo feitos os discursos científicos sobre a bissexualidade. Dentro deste total de 76 artigos, apenas 9 se referiam especificamente ao gênero feminino. Na leitura e análise dos artigos percebeu-se que quando se fala de práticas dissidentes entre mulheres a discussão se remete a um

caráter de desvio, dentro da teoria freudiana e lacaniana, na qual é procurada uma gênese da homo/bissexualidade e é reconhecida que a relação com a mãe será decisiva para os futuros relacionamentos amorosos da menina. A invisibilidade do gênero feminino não se remete apenas a quantidade de artigos publicados, mas igualmente a sobre o que se fala. Enquanto publicações falam sobre as vivências de homens em uma realidade heteronormativa, suas dificuldades e formas de lidar com o preconceito, as ligadas ao gênero feminino focam no caráter biológico e nas doenças que a bissexualidade supostamente traz para essas mulheres. Não há legitimidade para mulheres que não seguem o padrão heterossexual, conseqüentemente as publicações invisibilizam e enquadram vivências femininas em caráter médico científico e teórico restritivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia. Gêneros. Bissexualidade.

### 1 | INTRODUÇÃO

Os corpos que têm, segundo os discursos de verdade validados socialmente, a anatomia de seus destinos desejantes, traz também neles atravessadas as batalhas dos jogos de saber e poder que normatizam através de sua medicalização os sexos, as sexualidades e os

prazeres, fazendo deles também campos de produção ideológica, de manutenção das condições necessárias para permanência dos sistemas econômicos e políticos hegemônicos no Ocidente.

Os corpos e suas expressões de gêneros, sexualidades e prazeres articulam a forma como podemos ser sentid@s em nossas formas de amar, de se relacionar e de se posicionar politicamente nas relações éticas e afetivas. Os corpos materializam os resultados dos atravessamentos dos dispositivos das sexualidades e suas possibilidades de experimentação do prazer.

Subsidiados por Foucault (1988), sabemos “que lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e nessa relação, além da produção de saberes sobre os corpos e seus prazeres na forma de manuais, de como viver certa sexualidade saudável, há a produção de outros saberes e práticas sexuais ditas abjetas, ditas indesejáveis, ditas patológicas. Problematizar essas outras expressões discursivas implica em propormos um deslocamento na nossa forma de olhar, de perceber e de sentir as experiências das pessoas em relação as suas sexualidades, seus gêneros, as suas práticas sexuais e aos seus prazeres.

Esse deslocamento modifica o lugar no mundo dos corpos e das vidas em abjeção, e isso pode vir a produzir uma ampliação nos modos de vida e de viver na multidão, com possivelmente menos violências e mais respeito. Encontros com autores pós Foucault, que têm na temática as sexualidades, os gêneros, os sexos e os prazeres, nos demonstram que há ainda com um vasto investimento na problematização dos discursos científicos biologistas em suas relações obscuras com a manutenção dos ideários sociais hegemônicos, indicando-nos que ainda há um longo percurso para a desnaturalização das sexualidades e seus possíveis.

Os estudos de gêneros em suas diferentes “ondas” e fases, que passam dos estudos e efeitos do patriarcado da década de cinquenta aos estudos queer da década de noventa do século passado, enfatizam os jogos de poder que localizam e potencializam quais discursos têm validade social e científica e, em momentos diversos, reifica e dá manutenção aos binarismos que tanto alimentam as ciências pragmáticas e duras.

Neste momento, vamos trabalhar com o conceito de gêneros como efeitos múltiplos dos jogos de poder e saber, dos instituídos binários sexo – sexualidade, vagina – passividade – mulher - pênis – atividade – homem, tendo os prazeres heterossexuais como práticas sexuais naturalizadas e conseqüentemente normalizadas e compulsórias, que são trazidos em cena como dispositivos de análises dependentes das variadas localizações políticas exclusivamente das chamadas cis mulheres, em diversos contextos sociais ocidentais principalmente.

Em sua teorização, Scott (1989) enfatiza a necessidade de incluirmos a categoria gênero como marcador autônomo e que em si também enuncia outros marcadores de subjetivação como classe, raça, localização geográfica, língua etc., e ainda resgata os jogos de força das relações de poder e os saberes que se enunciam sobre e para

as categorias de gêneros, dando-nos a ver que as binaridades articulam toda rede de relações sociais e conseqüentemente os marcadores sociais que levam as minoridades às fronteiras das políticas.

Para a autora Donna Haraway (1995), o conceito de gênero deve ser ultrapassado, pois este, em suas mais diversas etapas de elaboração, mantém os binarismos (mulher/homem; natureza/cultura, entre outros) que agenciam e mantêm exclusões e patologizações de humanos considerados menos humanos.

As expressões de gêneros se articulam com as redes de produção das normativas binárias de dois sexos (macho ou fêmea), dois genitais (pênis ou vagina) duas sexualidades (heterossexual ou homossexual) e dois gêneros (masculino ou feminino). As redes discursivas dos campos científicos, como as que vimos anteriormente articulam as verdades biosóciopsicológicas de como nossos corpos devem se apresentar nas redes de circulação social e sexual.

A diferença de gêneros e sexualidades pode ser entendida como uma transposição de fronteiras, como um vacilo nos códigos e regras da produção serializada da subjetividade heteronormativa, e esse vacilo nos indica o para que tais são inventadas e instituídas.

Como já vimos, as expressões do gênero feminino são validadas através da composição de um determinado tipo de lógica de corporeidade e de condutas “comportamentais”, quais sejam: Mulheres têm vagina, ovários, útero e seios, cabelos longos e uso de adereços como brincos, colares e anéis que caracterizam seu gênero, assim como a maquiagem em seus rostos. São dóceis, suaves, passivas, pacientes e tem habilidades para escuta e oratória. A maternidade é como um desejo universal e os prazeres sexuais se concentram no clitóris, mas sua excitação não são componentes essenciais para a procriação.

As expressões de gêneros são demarcadas desde que estamos em processo de gestação, somos praticamente lançadas a um único modo de nos expressarmos enquanto mulheres, desde nossas cores prediletas (rosa e lilás é obvio) até nossos prazeres (passivos e heterossexuais) são repetidos diariamente em discursos pel@s noss@s progenitor@s, familiares, professor@s, empregador@s, filh@s, net@s, desconhecid@s em geral, mídia, igrejas, ciências biológicas, Psicologias, leis etc.

Os estudos feministas atuais, principalmente os vinculados a autores pós-estruturalistas como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Jacques Derrida buscam justamente a desconstrução desse imperativo da lógica sexo-sexualidade-gênero-prazer, agenciando ferramentas para outras leituras, a pluralização e a desconstrução desse sistema, buscando a sua desestabilização através da produção e da validação social de outras expressões de gêneros, de sexualidades e de prazeres, que necessariamente não utilizam os sexos e seus componentes como referência ou como elemento de partida para a construção destas outras expressões de vida.

Porém, para além dessa luta pela norma, há a resistência pela insistência em se proliferarem cotidianamente em vidas outras, em expressões sem nome e, por

vezes, ainda sem lugar no sistema binarista, incluindo-se nos saberes e fazeres das Psicologias. São corpos que materializam as lutas discursivas cotidianas, que resistem às vidas protocolares, dietéticas e reconhecíveis.

## 2 | MÉTODO

Além da invisibilidade da bissexualidade feminina, o recorte do trabalho igualmente objetivou mostrar que o marcador gênero também traz informações discursivas importantes de serem consideradas e analisadas em conjunto com outros marcadores. Em uma sociedade heteronormativa e machista, a construção do gênero feminino é enquadrado em molde passivo e de procriação.

Problematizar a bissexualidade feminina significa posicionar-se em um lugar de fala e de possibilidade de prazer que não corresponde às funções da mulher na sociedade. Como observamos nos resultados, os discursos analisados tem caráter de problematização da sexualidade da mulher, questionando o padrão heterossexual e a invisibilidade do homoerotismo feminino.

É necessário repensar os discursos médico biologizantes produzidos por meio acadêmicos, que enquadram vivências dissidentes femininas em aspectos de doença ou promiscuidade. Igualmente, há de se ter cuidado com discursos ditos científicos enraizados em teorias que tentam procurar razões para uma sexualidade não correspondente a norma, que acabam por reforçar ainda mais normatizações e hierarquias entre binarismos, principalmente o homem/mulher, pênis/vagina.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 76 artigos para a segunda análise da pesquisa descrita, foi realizado o recorte de gênero a partir da leitura do total de trabalhos, obtendo-se os seguintes números:

<b>Artigos</b>	<b>Resultados</b>
Total de artigos encontrados	76
Artigos relacionados ao gênero masculino	8
Artigos relacionados ao gênero feminino	9
Artigos sem o recorte de gênero	59
Total de artigos para análise	17

Fonte: Autoria própria.

Diante os 17 artigos extraídos do trabalho, encontramos os seguintes títulos

referentes ao gênero feminino:

<b>Título</b>
Algumas considerações sobre “a psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”
Feminilidade, amor e devastação: alguns pontos de encontro entre Freud e Lacan
Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade as DSTs/AIDS
A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade a violência
Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación em argentina
Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DSTs/HIV no cenário prisional
Iniciación sexual em mujeres com prácticas homoeróticas em el eje cafetero colombiano
Perfil epidemiológico de puérperas e prevalência de anticorpos para infecção pelo HIV e vírus da hepatite C em Cuiabá, Mato Grosso
Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias

Através da compilação dos resultados, podemos perceber na tabela 2 que sete dos artigos encontrados contém em seu título menção referente a HIV/DSTs/AIDS ou a sífilis. Grande parte dos trabalhos são do cunho da medicina e tratam de aspectos biológicos e de infecções sexualmente transmissíveis, ao mesmo tempo que a AIDS é um fator quase que naturalizado para a homo ou bissexualidade. Castañeda (2007) nos diz que a epidemia de AIDS foi considerada advinda da promiscuidade dos homossexuais, sendo desde então esse grupo estereotipado, mesmo que os heterossexuais tenham a mesma ou maior incidência da doença.

Com relação a tabela 2, nota-se que há um artigo a mais sobre o gênero feminino em relação ao masculino (9 e 8, respectivamente). No entanto, com a leitura crítica, percebeu-se que a quantidade de trabalhos encontrados não se refere necessariamente a uma maior abordagem das feminilidades, mas sim que os discursos contidos direcionam um olhar normativo ou não para diferentes formas de relações e vivências das masculinidades e feminilidades no campo das sexualidades.

Em sua maioria, os artigos que trazem o recorte sobre mulheres trouxeram um caráter de denuncia da invisibilidade da sexualidade feminina e da saúde sexual de mulheres que não seguem o padrão heterossexual, como se pode observar nos recortes dos textos:

Además del heterosexismo naturalizado y de la desigualdad intrínseca a la relación médico/a–paciente es posible localizar como uno de los mayores obstáculos en el acceso a servicios de ginecología y obstetricia la discriminación sentida en el marco

de un contexto homo/lesbofóbico, la falta de producción teórica y la ausencia de preocupación práctica sobre relaciones sexuales entre mujeres y la invisibilidad de las lesbianas y bisexuales como colectivo. Resumimos esas variables bajo el término políticas o lógicas de invisibilización<sup>3-5</sup>): aquellas que niegan u ocultan a las mujeres no heterosexuales y determinadas prácticas sexuales que suelen corresponderles mayoritariamente aunque no exclusivamente (considerando que no hay una adecuación bis a bis entre prácticas sexuales e identidad sexual). (BROWN et al., 2014, p. 674)

Os padrões de interação afetivo-sexuais do grupo sugerem que a noção de risco no âmbito homoerótico feminino tem sido pouco incorporada. Convergente com dados da literatura, os achados do presente estudo evidenciam que as identidades e práticas homoeróticas femininas não despertam preocupações quanto aos riscos das DSTs/Aids. (...) A partir da noção de ‘dispositivo da aids’ como eixo estruturante dos discursos globais e nacionais de prevenção, pode-se inferir que o modelo brasileiro ainda se distancia da realidade observada neste estudo. As políticas e saberes preventivos propõem a incisiva regulação das práticas e os desejos na arena do ‘sexo público e não heterossexual’, enquanto tutela e mantém inquestionável a ‘heterossexualidade reprodutiva’. Entretanto, o homoerotismo feminino parece ter um lugar liminar, ou ainda invisível, entre ambos os pólos (MORA; MONTEIRO, 2013, p. 919-920).

Esses dados indicam que não basta fundamentar a necessidade de se atender às demandas de saúde das diferentes orientações sexuais que não sejam de caráter heterossexual. É preciso que se desconstruam a eternização e a des-historicização da subordinação das mulheres nos mais diversos grupos societários, bem como na perspectiva da exclusão das lésbicas e de mulheres bissexuais, combatendo as invisibilidades institucionais que as acometem e as vulnerabilizam (VALADÃO; GOMES, 2010, p. 1452).

Generalmente, los estudios sobre iniciación sexual se han concentrado en la heterossexualidad, dando un trato marginal a la comprensión de la sexualidad entre personas del mismo sexo, especialmente cuando ésta ocurre entre mujeres. La presunción de heterossexualidad se convierte en un sesgo normativo y arbitrario, que empobrece la capacidad explicativa de los estudios sobre sexualidad y, en este caso, relega la potencia temática que contiene el debut sexual entre personas del mismo sexo (MONTES; AGUIRRE, 2016, p. 18).

Contudo, ao mesmo tempo em que encontramos falas que problematizam o discurso heteronormativo da sociedade e questionam as lógicas de invisibilização das sexualidades das mulheres, também encontramos trechos que compreendem relações entre mulheres como fatores de risco a AIDs ou ISTs, como trazido por Nicolau et al. em um estudo no ambiente carcerário: “Dentre os principais fatores de risco que favorecem a disseminação dessas patologias entre mulheres detentas estão: promiscuidade e abuso sexual, atividades bi/homossexuais (...)” (2012a, p. 712). Também realizado com mulheres em situação de prisão, Nicolau et al. (2012b) em outro estudo pesquisando o perfil sociodemográfico e sexual das mulheres, constatou “Outra questão a ser incluída nesse panorama das vulnerabilidades das mulheres privadas de liberdade consiste na prática comum do homossexualismo dentro do ambiente prisional sem o uso de métodos preventivos às DST/HIV” (p. 391).

Além do caráter médico, um artigo trouxe a psicologia psicanalítica com um estudo sobre a homossexualidade de Sidone, caso analisado por Freud. Nobre (2012)

discorre sobre o ensaio, explicitando pontos da análise do autor, como por exemplo a constatação da homossexualidade como um desvio a sexualidade normal e a escolha objetual sendo narcísica, de uma mãe fálica, ou seja, a homossexualidade.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da invisibilidade da bissexualidade feminina, o recorte do trabalho igualmente objetivou mostrar que o marcador gênero também traz informações discursivas importantes de serem consideradas e analisadas em conjunto com outros marcadores. Em uma sociedade heteronormativa e machista, a construção do gênero feminino é enquadrado em molde passivo e de procriação.

Problematizar a bissexualidade feminina significa posicionar-se em um lugar de fala e de possibilidade de prazer que não corresponde às funções da mulher na sociedade. Como observamos nos resultados, os discursos analisados tem caráter de problematização da sexualidade da mulher, questionando o padrão heterossexual e a invisibilidade do homoerotismo feminino.

É necessário repensar os discursos médico biologizantes produzidos por meio acadêmicos, que enquadram vivências dissidentes femininas em aspectos de doença ou promiscuidade. Igualmente, há de se ter cuidado com discursos ditos científicos enraizados em teorias que tentam procurar razões para uma sexualidade não correspondente a norma, que acabam por reforçar ainda mais normatizações e hierarquias entre binarismos, principalmente o homem/mulher, pênis/vagina.

#### REFERÊNCIAS

CASTANEDA, M. **A Experiência Homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais. 1 Ed. Brasil: A girafa, 2007, 328 p.

]FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres**: la reinención de la naturaleza. Ediciones Cátedra. Universitat de València - Instituto de la mujer. Madrid, 1995.

JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012.

MONTES, G.; AGUIRRE, S. **Iniciación sexual en mujeres con prácticas homoeróticas en el eje cafetero colombiano**. Sex., Salud Soc., Rio de Janeiro , n. 22, p. 56-72, abril, 2016.

MORA, C; MONTEIRO, S. **Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 905-926, dez, 2013.

NICOLAU, A. et al . **Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 711-719, jun, 2012a.

NICOLAU, A. et al . **Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias**. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 25, n. 3, p. 386-392, 2012b.

NOBRE, T. **Algumas considerações sobre “A Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (1920).** *Psicologia Revista*, v. 21, n. 1, p. 99-112, fev, 2012.

BROWN, J. et al . **Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación en Argentina.** *Interface, Botucatu* , v. 18, n. 51, p. 673-684, dez, 2014.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** *Revista Diálogo Educacional, Curitiba*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez, 1995.

VALADÃO, R; GOMES, R. **A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência.** *Physis, Rio de Janeiro*, v. 21, n. 4, p. 1451-1467, 2011.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**PEDRO FAUTH MANHÃES MIRANDA** Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) - CAPES 6. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduando em Licenciatura em Sociologia (2018-), pela Universidade Paulista (UNIP). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-459-7



9 788572 474597